

ESP-INST.IDENTIFICACAO RICARDO G.DAUNT

Edital 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	180116-ESP-INST.IDENTIFICACAO RICARDO G. DAUNT	MARCOS ARJONA BARRETO SILVA	04/05/2026 12:14 (v 0.11)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	9/2026	058.00096373/2025-32

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90004/2026

CONTRATANTE(UASG)

(180116)

OBJETO

Aquisição de materiais para assessoramento papiloscópico de local de crime

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Valor sigiloso - art. 13 § único cc art. 24 Lei Federal nº 14.133/2021, a fim de manter-se o caráter competitivo da licitação

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/05/2026 às 10h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM - ITENS 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "RICARDO GUMBLETON DAUNT"

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

(Processo Administrativo nº 058.00096373/2025-32)

Torna-se público que a Polícia Civil do Estado de São Paulo, por meio do Instituto de Identificação "Ricardo Gumbleton Daunt - IIRGD, sediado(a) Av. Cásper Líbero, nº 370, Bairro: Santa Ifigênia, Cidade: São Paulo – SP, CEP: 01033-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais para assessoramento papiloscópico de local de crime, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no [art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no [art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#).

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os itens 01,06,07,08,09,10,11,12,13,16,19,20, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no [art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007](#), e no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. Para os itens 02,04,14,17,21,23, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos [arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no [§ 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do [art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do [art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

4.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

4.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 5.4.1 e 5.4.2 subsequentes.

5.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

5.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do [§ 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

5.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 5.3 e 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

6.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

6.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

6.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do [art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **1% (um por cento)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 7.11).

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

7.19.2.2. empresas brasileiras;

7.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no [§ 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2006](#), quando for o caso.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

7.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

8.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

8.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

8.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

8.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 9.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

8.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8.12. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.12.2. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.12.2.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no neste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

9.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

9.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 9.9.1.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no [art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007](#) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

9.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

9.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 15 deste Edital.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Conforme art. 95, caput e inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração, na presente contratação, substituirá o instrumento de contrato pela nota de empenho de despesa.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A disciplina deste item 11 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. O presente capítulo não se aplica a este certame.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico [licitacao.iirgd@policiacivil.sp.gov.br](mailto:iirgd@policiacivil.sp.gov.br).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

14.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

14.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

14.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

14.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

14.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(2) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 14.1.8 a 14.1.12, de 26% a 30% do valor do Contrato;

(3) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 14.1.3, de 15% a 25% do valor do Contrato;

(4) Para infrações descritas no item 14.1.2, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas nos itens 14.1.4 a 14.1.6, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas no item 14.1.7, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 14.1.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

14.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

14.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 14.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.2, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.8, 14.1.9, 14.1.10, 14.1.11 e 14.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 14.1.2, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 14.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

14.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

14.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

14.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

14.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): licitacao.iirgd@policiacivil.sp.gov.br

15.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

15.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/login/Portal.asp>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no [art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

16.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 16.2.

16.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

16.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

16.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

16.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

16.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 8.1 deste Edital.

16.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

16.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

16.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

16.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

16.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

16.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

16.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

16.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

16.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da [Lei nº 8.078, de 1990](#), e princípios gerais dos contratos;

16.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos [arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

16.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos [arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

16.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

16.2.2.3.7. de que serão observados a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), e as vedações constantes do [Decreto estadual nº 68.829, de 2024](#), e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no [§ 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

16.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

16.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

16.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

16.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/login/Portal.asp>.

16.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

16.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

16.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

16.15.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

16.15.3. ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

16.15.4. ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);

São Paulo, na data da assinatura digital

FERNANDO COSTA AZEVEDO
DELEGADO DIVISIONÁRIO DE POLÍCIA - IIRGD

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUILHERME SALVARANI

Subscritor do edital

FERNANDO COSTA AZEVEDO

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia n 6-2026 - Versao Final com anexos.pdf (2.47 MB)
- Anexo II - Anexo II - MINUTA DE NOTA DE EMPENHO.pdf (543.01 KB)
- Anexo III - ANEXO III - MODELO DE PLANILHA DA PROPOSTA.pdf (228.36 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV - MODELOS DE DECLARACOES.pdf (76.17 KB)

ESP-INST.IDENTIFICACAO RICARDO G.DAUNT

Termo de Referência 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	180116-ESP-INST.IDENTIFICACAO RICARDO G.DAUNT	Editado por	MARCOS ARJONA BARRETO SILVA	Atualizado em	04/05/2026 12:02 (v 0.6)
Status	CONCLUIDO				

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	9/2026	058.00096373/2025-32

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT - IIRGD

(Processo Administrativo nº 058.00096373/2025-32)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais para assessoramento papiloscópico de local de crime, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓD. BEC	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aplicador Magnético para Pós; Haste Metálica e Imã; Com Cabo Polímero; 13,7 cm de Comprimento e 1,5 cm Da Ponta do Imã.	1806220	363638	Un.	60	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame(Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)

2	Pincel para Pó para Revelação de Impressão Digital; Com Ponta Em Fibras de Carbono; Ponta Medindo Aproximadamente 4,5cm; Na Cor Preta; Com Cabo Em Alumínio Adonizado; Cabo Medindo Aproximadamente 11 cm; Com Extremidade do Cabo Em Plástico; Com Acessórios de Capa e Tampa Protetora(Cota principal);	1811843	464851	Un.	410	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame(Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
3	Pincel para Pó para Revelação de Impressão Digital; Com ponta em cerdas de agrupamento de filamentos de fibra de vidro; ponta medindo aproximadamente 5,7 cm de comprimento; na cor branca; com cabo em polipropileno injetado; formato cilíndrico; cabo medindo aproximadamente 0,635 cm de diâmetro x 10,8 cm de comprimento; com extremidade do cabo em polipropileno injetado; com acessórios de estojo para armazenamento com tampa(Cota principal);	4455126	426533	Un.	410	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame(Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
4	Pincel para Pó para Revelação de Impressão Digital; Com Ponta Em Plumões de Marabou (tipo Espanador); Ponta Medindo Aproximadamente 12cm; Na Cor Branca; Com Cabo Em Madeira Tratada; Cabo Medindo Aproximadamente 13cm; Com Extremidade do Cabo Em Alumínio; Com Acessórios de Capa e Tampa Protetora;	2650215	353811	Un.	95	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame(Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
	Pincel para Pó para Revelação de Impressão Digital; Com Ponta Em					Sigiloso, a fim de	

5	Plumas de Marabou; Ponta Medindo Aproximadamente 12cm (tipo Espanador); Na Cor Preta; Com Cabo Em Madeira Tratada; Cabo Medindo Aproximadamente 13cm; Com Extremidade do Cabo Em Alumínio; Com Acessórios de Capa e Tampa Protetora	1811860	353811	Un.	95	incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame(Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
6	Ninidrina para Coleta Impressão Digital; Em Frasco Spray; Composto Por Xilenol, etanol e Ninidrina; Aplicado Em Levantamento Impressão Digital Em Papel Superfície Fosca.	2717166	412702	Frasco 473 ml	20	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame(Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
7	Luva para Procedimento não Cirúrgico – Extra Pequeno - Material: Nitrila; Tamanho: Extrapequeno; Modelo: Hipoalérgica; Características Adicionais: Sem Pó; Tipo: Ambidestra; Tipo Uso: Descartável.	4607961	619822	Cx c/ 100 unidades	600	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame(Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
8	Luva para Procedimento não Cirúrgico – PEQUENO; Material: Nitrila; Tamanho: Extrapequeno; Modelo: Hipoalérgica; Características Adicionais: Sem Pó; Tipo: Ambidestra; Tipo Uso: Descartável.	4793668	619823	Cx c/ 100 unidades	600	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame(Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
9	Luva para Procedimento não Cirúrgico – MEDIO; Material: 100% Nitrilo; Esterilidade: Estéril; Tamanho: Médio; Características Adicionais:	4793692	619824		1300	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, §	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame(Art. 18, §

	Sem Pó, Antiderrapante; Tipo: Ambidestra; Tipo Uso: Descartável.			Cx c/ 100 unidades		1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)	1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
10	Luva para Procedimento não Cirúrgico – GRANDE; Material: 100% Nitrilo; Esterilidade: Estéril; Tamanho: Grande; Características Adicionais: Sem Pó, Antiderrapante; Tipo: Ambidestra; Tipo Uso: Descartável.	3425185	619825	Cx c/ 100 unidades	600	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
11	Luva para Procedimento não Cirúrgico – EXTRA GRANDE; Material: 100% Nitrilo; Tamanho: Extra Grande; Características Adicionais: Sem Pó, Antiderrapante; Tipo: Ambidestra; Tipo Uso: Descartável.	4294483	619821	Cx c/ 100 unidades	600	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
12	Fita Adesiva Levantadora de Impressão Digital; Em Polietileno; Transparente; 2,5cm de Largura x 9,15m de Comprimento; Em Rolo (Cota principal) ;	4349105	226708	Un.	750	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
13	Fita Adesiva Levantadora de Impressão Digital; Em Polietileno; Transparente; 5cm de Largura x 9,15m Comprimento; Em Rolo;	2235803	226708	Un.	350	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
	Pó Magnético para Levantamento Impressão					Sigiloso, a fim de	

14	Digital; Fluorescência co compostos ferrosos; Cor Natural Preta; com revelação na cor preta; rótulo com número de lote, data de fabricação /validade; embalado em embalagem apropriada (Cota principal)	1806181	604123	Frasco 25 ml	492	incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame(Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
15	Pó Magnético para Levantamento Impressão Digital; Fluorescência com compostos Ferrosos; Cor Natural Branca; Com revelação na cor branca; rótulo com número de lote, data de fabricação /validade; embalado em embalagem apropriada	1806173	604123	Frasco 30 ml	225	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame(Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
16	Pó Magnético Verde Greencharge LI603, Insumos para investigação criminal; Frasco de 30ml; Pó Magnético para Revelação de Impressões Latentes Verde Fluorescente; Apresenta Pigmentos Brilhantes Através de Compostos Ferrosos Superiores; e um Aditivo Anti Manchas para Garantir Resultados superiores Ao Empoar Impressões Latentes; Utilizado para Aplicação Em Fundos Multicoloridos,de Fácil Aplicação Com Aplicadores Magnéticos; Permite Contraste C/fonte de Luz Forense Ultravioleta Azul Ou Verde(254nm a 365nm) P/ver o Resultado; Composição: Pó de Ferro 50%, Lycopodiun 25%, Pigmento Signal Green Ax 25%; Rótulo Deve Apresentar Procedência /fabricante,	5585023	604123	Frasco 30 ml	45	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame(Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)

	Datas de Fabricação e Validade e número de Lote.						
17	Pó para Levantamento de Impressão Digital Latente; acetinado; Preto Acetinado; com revelação na cor preto; rótulo com número de lote, data de validade/fabricação, origem; acondicionado em embalagem adequada para o produto(Cota principal)	1717782	226711	Frasco 59 ml	837	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame(Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
18	Pó para Levantamento de Impressão Digital Latente; acetinado; Branco; com revelação na cor branca; rótulo com número do lote, data de fabricação /validade, origem; acondicionado em embalagem adequada para o produto(Cota principal)	1717790	226711	Frasco 59 ml	492	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame(Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)
19	Pincel para Pó para Revelação de Impressão Digital; Com Ponta Em Fibra de Carbono; Ponta Medindo Aproximadamente 4,5cm; Na Cor Preta; Com Cabo Em Alumínio Adonizado; Cabo Medindo Aproximadamente 11 cm; Com Extremidade do Cabo Em Plástico; Com Acessórios de Capa e Tampa Protetora(Cota reservada para ME/EPP /EQUIPARADAS nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, relacionada ao item 2);	1811843	464851	Un.	135	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame(Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
	Pincel para Pó para Revelação de Impressão Digital; Com ponta em cerdas de agrupamento de						

20	<p>filamentos de fibra de vidro; ponta medindo aproximadamente 5,7 cm de comprimento; na cor branca; com cabo em polipropileno injetado; formato cilíndrico; cabo medindo aproximadamente 0,635 cm de diâmetro x 10,8 cm de comprimento; com extremidade do cabo em polipropileno injetado; com acessórios de estojo para armazenamento com tampa</p> <p>(Cota reservada para ME/EPP /EQUIPARADAS nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, relacionada ao item 3);</p>	4455126	426533	Un.	135	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
21	<p>Fita Adesiva Levantadora de Impressão Digital; Em Polietileno; Transparente; 2,5cm de Largura x 9,15m de Comprimento; Em Rolo</p> <p>(Cota reservada para ME /EPP/EQUIPARADAS nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, relacionada ao item 12);</p>	4349105	226708	Un.	250	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
22	<p>Pó Magnético para Levantamento Impressão Digital; Fluorescência co compostos ferrosos; Cor Natural Preta; com revelação na cor preta; rótulo com número de lote, data de fabricação /validade; embalado em embalagem apropriada</p> <p>(Cota reservada para ME /EPP/EQUIPARADAS nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, relacionada ao item 14)</p>	1806181	604123	Frasco 25 ml	163	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)

23	Pó para Levantamento de Impressão Digital Latente; acetinado; Preto Acetinado; com revelação na cor preto; rótulo com número de lote, data de validade/fabricação, origem; acondicionado em embalagem adequada para o produto(Cota reservada para ME/EPP /EQUIPARADAS nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, relacionada ao item 17))	1717782	226711	Frasco 59 ml	278	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133/2021)
24	Pó para Levantamento de Impressão Digital Latente; acetinado; Branco; com revelação na cor branca; rótulo com número do lote, data de fabricação /validade, origem; acondicionado em embalagem adequada para o produto(Cota reservada para ME/EPP /EQUIPARADAS nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, relacionada ao item 18))	1717790	226711	Frasco 59 ml	163	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)	Sigiloso, a fim de incentivar o caráter competitivo do certame (Art. 18, § 1º, VI c/c Art. 24, Lei Federal nº 14.133 /2021)

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

1.4.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do licitante:

1.4.2.1. O licitante será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

1.4.2.2. A Administração poderá optar pela extinção do Contrato de Empenho e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução do ajuste, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.4.3. Não obstante o prazo estipulado na subdivisão anterior, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração da contratação estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do Contrato de Empenho, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o licitante não terá direito a qualquer espécie de indenização.

1.5. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 23/03/2026.

1.6. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto adquirido ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Administração, do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-FIPE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.6.1. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.6.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a Administração pagará ao licitante a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.6.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.6.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

1.6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.7. É obrigação da Administração responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo licitante no prazo máximo de 30(dias), contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o licitante não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Administração para adequada instrução do requerimento.

Subcontratação

1.8. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: [46377800000127-0-000100/2026];
- II) Data de publicação no PNCP: [23/06/2025];
- III) Id do item no PCA: [33];
- IV) Classe/Grupo: [6640 - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO];
- V) Identificador da Futura Contratação: [180116-9/2026].

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Preferência por Materiais Sustentáveis: Os materiais fornecidos deverão, preferencialmente, sempre que possível, apresentar características sustentáveis, tais como embalagens recicláveis, componentes biodegradáveis ou formulações com menor impacto ambiental, conforme previsto no Decreto nº 7.746/2012.

4.1.2. Logística Reversa: O Contratado deverá apresentar, preferencialmente, apresentar plano de logística reversa para os materiais que, após o uso, gerem resíduos perigosos ou contaminantes, como frascos de reagentes químicos e pincéis utilizados em locais de crime, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010.

4.1.3. Certificação Ambiental: O Contratado deverá, preferencialmente, providenciar a apresentação de certificações ambientais reconhecidas, como ISO 14001, selo verde ou similares, que comprovem práticas sustentáveis na fabricação ou comercialização dos produtos.

4.1.4. Transporte Sustentável: A entrega dos materiais deverá, preferencialmente, ser realizada por meio de transporte que minimize a emissão de gases poluentes, podendo ser exigido relatório de impacto ambiental da logística utilizada.

4.1.5. Avaliação do Ciclo de Vida: Na análise das propostas, poderá ser considerada a durabilidade dos materiais, possibilidade de reutilização, facilidade de descarte e impacto ambiental ao longo do ciclo de vida dos produtos.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não haverá.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não haverá.

Da exigência de amostra(s)

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, porém anteriormente ao julgamento formal no sistema Compras. Gov e aptidão via sistema à etapa de habilitação, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra(s), às quais devem atender integralmente ao descritivo disposto neste Termo de Referência.

4.4.1. As amostras serão analisadas por servidores Papiloscopistas Policiais e Auxiliares de Papiloscopistas Policiais integrantes dos setores de GATPL(Grupo de Assessoramento Técnico Papiloscópico de Local) e SAID-Mono(Serviço Automático de Identificação de Digitais - Monodactilar).

4.4.1.1. A designação de tais servidores, os quais integrarão a equipe técnica de análise das amostras, será efetuada pelo Delegado Divisionário de Polícia do IIRGD.

4.4.1.2. Ato contínuo a referida análise, elaborar-se-á relatório circunstanciado, no prazo de até **10(dez) dias corridos** a partir do recebimento das amostras.

4.4.1.3. Considerando a possibilidade de a análise técnica ser realizada em horários extraordinários, inclusive durante o período noturno, bem como a necessidade de se adotar procedimentos revestidos de sigilo e segurança, não será permitido o acompanhamento dos ensaios pelos licitantes ou por seus representantes.

4.4.1.4. A análise técnica das amostras observará os seguintes critérios objetivos:

- a) correspondência integral entre a amostra apresentada e a descrição constante no item correspondente do Termo de Referência, incluindo materiais, dimensões, cores, composição e acessórios;
- b) funcionalidade do item para a finalidade pericial declarada, verificada por meio de testes práticos simulados de uso em ambiente controlado;
- c) legibilidade e conformidade das informações constantes nas embalagens e rótulos, especialmente quanto a número de lote, data de fabricação, data de validade e identificação do fabricante;
- d) quando aplicável, compatibilidade entre os itens apresentados (ex.: aplicador magnético e pó magnético; fitas adesivas e pós);
- e) ausência de defeitos, avarias, sujidades ou qualquer condição que comprometa a integridade ou o uso adequado do material.

4.5. Serão exigidas amostras dos itens 01 a 06 e 12 a 18. Os itens 07 a 11 (luvas) ficam dispensados da apresentação de amostras, prosseguindo o certame regularmente em relação a esses itens.

4.6. As amostras deverão ser entregues no endereço: **Avenida Cásper Líbero, nº 370, bairro: Santa Ifigênia, cidade: São Paulo - SP, CEP: 01033-000 aos cuidados do Setor de Licitações e Contratos (3º andar)**, no prazo limite abaixo, contado do dia seguinte a data da aceitabilidade de preços - anteriormente à conclusão da etapa de julgamento da proposta, conforme descrito no item 4.4 -, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA EMPRESA	PRAZO PARA ENTREGA DA AMOSTRA(EM DIAS CORRIDOS)

REGIÃO NORTE	20 DIAS
REGIÃO NORDESTE	15 DIAS
REGIÃO CENTRO-OESTE	11 DIAS
REGIÃO SUDESTE(EXCETO O ESTADO DE SÃO PAULO)	10 DIAS
ESTADO DE SÃO PAULO	7 DIAS
REGIÃO SUL	10 DIAS

4.6.1. Todos os custos relativos às amostras e despesas de entrega ocorrerão por conta dos interessados, sem qualquer ônus à administração.

4.7. Não haverá possibilidade de prorrogação do prazo disposto no item 4.6., salvo motivo de extrema gravidade, como por conta de caso fortuito ou força maior.

4.8. No caso de não haver entrega da(s) amostra(s), ou havendo entrega de amostra(s) fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Os resultados serão materializados através de relatório citado no subitem 4.4.1.2., a serem divulgados no chat do sistema Compras.Gov no momento em que a sessão pública estiver ativa, não obstante a possibilidade de obtenção através do e-mail: licitacao.iirgd@policiacivil.sp.gov.br.

4.10. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados, manipulados, fragmentados ou ter sua embalagem original violada pela equipe técnica responsável pela análise. Após o manuseio, tais exemplares passarão a pertencer à Administração, não sendo devolvidos, não gerando qualquer direito a ressarcimento.

4.12. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues servirão como protótipo e permanecerão com a Administração, que poderá optar ainda pelo seu descarte, sem direito a ressarcimento.

4.13. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Garantia da contratação

4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS

4.15. Em cumprimento ao inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o(s) item(ns) 02, 03, constituem cotas reservadas para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (ME/EPP/EQUIPARADAS), observando o limite legal, conforme o detalhamento constante deste Termo de Referência.

4.15.1. Se o mesmo licitante vencer a cota reservada e a cota principal, será efetuada negociação para que a contratação de ambas as cotas ocorra pelo valor menor.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens corresponderá ao disposto na tabela abaixo, contados da emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

ITEM	PRAZO DE ENTREGA
07 a 11	30 dias corridos
01 a 06 e 12 a 18	45 dias corridos

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco) dias úteis** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Cásper Líbero, nº 370, bairro: Santa Ifigênia, cidade: São Paulo - SP, CEP: 01033-000, aos cuidados da Seção de Material e Patrimônio mediante agendamento prévio através do telefone (11) 3222-9658 ou endereço eletrônico: material.iirgd@policiacivil.sp.gov.br

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II](#)).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV](#)).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV](#)).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX](#)).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI](#)).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Aplica-se ao presente capítulo o disposto no Título IV - Das irregularidades, da Lei Federal nº 14.133/2021, além das disposições da Resolução SSP-05/2026, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo na data de 02/03/2026.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **15 (quinze) dias**, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

8.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

8.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

8.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do [art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

8.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 9, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);

9.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

Outras comprovações

9.21. Tratando-se de consórcio:

9.21.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

9.21.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

9.21.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no [inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.21.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

9.22. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#):

9.22.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

9.22.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.22.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.22.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

9.22.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.22.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.22.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no [Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023](#).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

11.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: [180116];
- II) Fonte de Recursos: [...];
- III) Programa de Trabalho: [...];
- IV) Elemento de Despesa: [...];
- V) Plano Interno: [...].

11.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Verifica-se que o referido item **não** integra a minuta padronizada adotada pelo Estado de São Paulo, nos termos estabelecidos pela Secretaria de Gestão e Governo Digital, conforme disponível em: <https://compras.sp.gov.br/agente-publico/toolkits-documentos-padronizados/>.

12.1.1. Ressalta-se, contudo, que, por se tratar de documento gerado diretamente no sistema eletrônico www.compras.gov.br, estruturado segundo modelo padronizado da União, não é possível proceder à exclusão do referido item, devendo o mesmo ser mantido em observância às diretrizes federais vigentes.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1 Verifica-se que o referido item **não** integra a minuta padronizada adotada pelo Estado de São Paulo, nos termos estabelecidos pela Secretaria de Gestão e Governo Digital, conforme disponível em: <https://compras.sp.gov.br/agente-publico/toolkits-documentos-padronizados/>.

13.1.1. Ressalta-se, contudo, que, por se tratar de documento gerado diretamente no sistema eletrônico www.compras.gov.br, estruturado segundo modelo padronizado da União, não é possível proceder à exclusão do referido item, devendo o mesmo ser mantido em observância às diretrizes federais vigentes.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

14.1 Verifica-se que o referido item **não** integra a minuta padronizada adotada pelo Estado de São Paulo, nos termos estabelecidos pela Secretaria de Gestão e Governo Digital, conforme disponível em: <https://compras.sp.gov.br/agente-publico/toolkits-documentos-padronizados/>.

14.1.1. Ressalta-se, contudo, que, por se tratar de documento gerado diretamente no sistema eletrônico www.compras.gov.br, estruturado segundo modelo padronizado da União, não é possível proceder à exclusão do referido item, devendo o mesmo ser mantido em observância às diretrizes federais vigentes.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIDAMO HOLME FILHO

Equipe Técnica

FERNANDO COSTA AZEVEDO

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP n 2-2026 - com anexos - ASSINADO.pdf (2.31 MB)

ESP-INST.IDENTIFICACAO RICARDO G.DAUNT

Estudo Técnico Preliminar 2/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 058.00096373/2025-32

2. Descrição da necessidade

IIRGD - Estudo Técnico Preliminar para o setor GATPL

2.1. De modo geral, as impressões digitais latentes podem ser descritas como aquelas deixadas na cena do crime. Tais impressões podem estar visíveis ou não: impressões latentes visíveis são aquelas que mostram detalhes das papilas que podem ser identificados pelos dedos contaminados com substâncias tais como sangue, tinta, gordura ou sujeira e que, naturalmente deixam um contraste sobre o seu fundo, ou são produzidas quando impressões digitais são pressionadas contra superfícies plásticas (que se deformam), tais como betume, alcatrão, superfícies com película aderente, cera e queijo. As verdadeiras impressões latentes ("escondidas") não são visíveis a olho nu, e consistem substancialmente apenas de secreções naturais da pele humana. Tais impressões exigem tratamento para que se tornem visíveis. Esse tratamento é chamado "revelação de impressão latente". Para revelar as impressões latentes, o especialista faz uso de alguns processos químicos ou físicos, nos quais as reações com as secreções da pele farão com que a impressão latente contraste com seu fundo. Escolher a ferramenta correta para a revelação é o principal componente do trabalho dos Papiloscopistas e Auxiliares de Papiloscopista.

2.2. Nesse sentido, os materiais para o assessoramento técnico papiloscópico em local de crime e em laboratório são imprescindíveis à realização da identificação humana, haja vista que sem eles torna-se realmente impossível proceder ao assessoramento técnico papiloscópico e assim detectar vestígios de impressões digitais deixadas em local de crime. Além, é claro, de proporcionar ao Papiloscopista Policial e Auxiliar de Papiloscopista Policial a ferramenta ideal a ser usada em cada tipo específico de substrato. Portanto, a aquisição dos materiais permitirá carregar múltiplos equipamentos de processamento para a cena do crime com todos os acessórios e ferramentas necessários à perícia papiloscópica. Os materiais a serem adquiridos tratam-se de equipamentos para diversos métodos de processamentos de impressões latentes na cena do crime, incluindo a melhor seleção de pós para impressões digitais, tanto regulares quanto magnéticos, e uma excelente seleção de pincéis. Todos os componentes de contraste necessários estão incluídos para auxiliar na produção do resultado desejado — revelação, coleta e preservação de impressões latentes.

2.3. Em suma, a aquisição dos materiais de o assessoramento técnico papiloscópico visa atender a demanda de trabalho corriqueiro dos servidores de carreira, quais sejam, os Papiloscopistas Policiais e os Auxiliares de Papiloscopistas Policiais, proporcionando ferramentas para levantamento de impressões digitais em local de crime, atendendo às demandas de interesse público na investigação e resolução de crimes.

2.4. Os itens necessários para realização das atividades papiloscópicas são classificados como comuns, por serem definidos por meio de padrões objetivos e especificações usuais no mercado.

2.5. O conteúdo supra atende ao disposto no art. 5º, inciso I, do Decreto nº 68.017/2023.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de material a patrimônio	Leonardo Lucas Rocha

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação e anexos, Minuta de Contrato (quando for aplicável) e demais anexos do processo, especialmente neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, bem como deverão contemplar as comprovações de regularidade fiscal, trabalhista, econômica (se for o caso) e idoneidade para contratar com a Administração através de certidões expedidas eletronicamente em momento oportuno, além de atender a todos os requisitos definidos na Lei Federal nº 14.133 de 2021.

4.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e Legislações aplicáveis ao objeto da licitação:

4.2.1. materiais menos agressivos ao meio ambiente e/ou biodegradáveis

4.3. Como critérios de sustentabilidade ambiental o fornecedor deverá observar as disposições das legislações vigentes, além de outras que sejam necessárias, independentemente de constarem no anexo, mas que sejam necessárias à perfeita execução do serviço.

4.4. Os interessados deverão entregar os bens em estrita adequação às características, quantidades, prazo e local de entrega, conforme especificado neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência, no Edital e demais anexos.

4.5. O conteúdo deste documento utilizou o Sistema ETP Digital, disponível no Portal de Compras do Governo Federal (acesso: <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp>).

4.6. O conteúdo deste documento fez observância ao Manual do Sistema ETP Digital, disponível no Portal de Compras do Estado de São Paulo (acesso: <https://compras.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Manual-ETP-revisao-final.pdf>).

4.7. O conteúdo deste documento atende ao disposto no Decreto Estadual nº 68.017/2023, que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares - ETP para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

4.8. Por fim, ressalta-se que, dada a natureza dos materiais a serem adquiridos, os quais demandam especificações técnicas detalhadas e rigorosa observância aos padrões de qualidade e desempenho exigidos para a atividade-fim desta Administração, faz-se imprescindível o crivo de Equipe Técnica especializada, a ser formalmente designada no momento oportuno, para atuar na etapa de julgamento das propostas.

4.8.1. Referida análise técnica ocorrerá após o envio e a apresentação de amostra pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, a fim de possibilitar a verificação prática e objetiva da conformidade do produto ofertado com as exigências constantes do edital e de seus anexos, especialmente quanto às características técnicas, compatibilidade, desempenho, resistência, durabilidade e adequação ao uso pretendido.

4.8.2. Tal procedimento visa assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, com a devida mitigação de riscos relacionados à qualidade e à eficiência dos materiais, preservando-se, simultaneamente, a isonomia entre os licitantes e a estrita observância aos princípios que regem as contratações públicas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar e analisar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa consistente no fornecimento de materiais destinados ao assessoramento papiloscópico em local de crime, compreendendo insumos para revelação, coleta e levantamento de impressões digitais latentes, bem como equipamentos de proteção individual utilizados nas atividades operacionais desempenhadas pelos servidores do Instituto.

5.1.1. A análise contemplou as soluções disponíveis no mercado nacional, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e logísticos, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade, padronização e vantajosidade da contratação pública.

Alternativas identificadas

5.2. No curso do levantamento, foram identificadas, em síntese, as seguintes alternativas possíveis:

a) Aquisição de kits completos fornecidos por fabricantes específicos

Solução baseada na compra de conjuntos padronizados de insumos e ferramentas voltadas à atividade papiloscópica, usualmente comercializados como “kits periciais” ou “kits forenses”.

b) Contratação de fornecimento continuado vinculado a determinado fabricante ou distribuidor exclusivo

Modelo que concentra a aquisição em solução integrada ou marca específica, com possível padronização vinculada a tecnologia ou linha proprietária.

c) Aquisição individualizada dos materiais e insumos, conforme especificações técnicas previamente definidas pela Administração

Solução que contempla a compra direta, por item, dos materiais de consumo e instrumentos técnicos, com descrição objetiva das características essenciais de desempenho, qualidade e segurança.

Análise Técnica das Alternativas

5.3. A alternativa prevista na alínea “a” (kits completos) revelou-se menos adequada sob o ponto de vista técnico-operacional, pois:

- Impõe padronização vinculada a um único fabricante ou marca;
- Limita a flexibilidade na composição quantitativa dos materiais;
- Pode incluir itens desnecessários ou em proporções incompatíveis com a real demanda operacional;
- Reduz a competitividade e pode restringir o universo de fornecedores aptos a participar do certame.

5.4. A alternativa descrita na alínea “b” (fornecimento vinculado a fabricante específico) também não se mostrou vantajosa, considerando que:

- Os materiais objeto da contratação possuem natureza comum e ampla oferta no mercado;
- Não há tecnologia proprietária que justifique vinculação exclusiva;
- A concentração em marca ou solução integrada pode gerar dependência contratual e elevação de custos;
- Tal modelo não agrega ganho técnico proporcional à eventual restrição competitiva.

5.5. Por sua vez, a alternativa prevista na alínea “c” — aquisição individualizada dos materiais conforme especificações técnicas definidas pela Administração — demonstrou-se a mais adequada, pois:

- Permite descrição técnica precisa e objetiva, baseada nas necessidades reais do assessoramento papiloscópico em local de crime;
- Assegura ampla competitividade, evitando direcionamento;
- Possibilita o dimensionamento exato das quantidades por item, conforme histórico de consumo e planejamento institucional;
- Garante maior controle de qualidade e rastreabilidade dos insumos;
- Facilita reposições futuras e manutenção do padrão técnico adotado pela Instituição.

Justificativa Técnica da Solução Escolhida

5.6. A solução adotada — aquisição direta e individualizada dos materiais para assessoramento papiloscópico — é tecnicamente a mais adequada, pois assegura:

- Compatibilidade com os protocolos operacionais aplicados em locais de crime;
- Padronização dos insumos utilizados nas atividades de revelação e levantamento de impressões digitais;
- Confiabilidade técnica dos resultados obtidos;
- Segurança dos servidores envolvidos nas diligências externas;
- Atendimento às boas práticas forenses e aos requisitos técnicos mínimos exigidos para preservação da cadeia de custódia.

5.7. Ressalte-se que os materiais especificados são comercializados no mercado nacional, apesar de muitas vezes oriundos do exterior, existindo diversos fornecedores aptos ao atendimento das exigências técnicas, o que reforça a viabilidade da solução proposta.

Justificativa Econômica

5.8. Sob o aspecto econômico, a aquisição individualizada apresenta as seguintes vantagens:

- Ampliação da competitividade do certame;
- Possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa;
- Eliminação de custos adicionais decorrentes de soluções proprietárias ou pacotes fechados;
- Redução de desperdícios, mediante aquisição de quantitativos compatíveis com a demanda real;
- Melhor previsibilidade orçamentária e controle de gastos.

5.8.1. Por se tratarem de materiais de consumo padronizados e disponíveis no mercado, não há justificativa técnica ou econômica para adoção de solução mais complexa, integrada ou restritiva.

5.8.2. O disposto acima não eximirá a licitante da entrega dos materiais conforme a descrição presente neste documento, no Termo de Referência, além do disposto em normas e legislações aplicáveis aos produtos em questão.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução apontada pelo presente estudo é a aquisição de material de consumo para atender as demandas operacionais de assessoramento técnico papiloscópico de local no âmbito do Departamento de Inteligência da Polícia Civil do Estado de São Paulo, especificamente no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt - IIRGD para o setor GATPL (Grupo de Assessoramento Técnico Papiloscópico de Local).

6.2. Considerando a corrente utilização desses materiais desde o ano de 2015, quando da inauguração do referido setor, julga-se adequada a aquisição dos materiais específicos e correlatos que fazem parte da rotina do Papiloscopista e Auxiliar de Papiloscopista, contendo os itens necessários, em quantidade e especificações, para realização de perícias papiloscópicas em local de crime.

6.3. Considerando o valor estimado e visando ampliar a disputa, sugere-se a contratação por meio de pregão eletrônico.

6.4. Da entrega:

6.4.1. A entrega dos materiais deve ocorrer de forma única (sem parcelamento) no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos** contados da celebração do contrato ou da emissão de nota de empenho ao(s) fornecedor(res) vencedor(es) do certame.

6.4.2. Os itens que compõem o objeto devem ser entregues no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt - IIRGD, sito à Avenida Cásper Líbero, nº 370, bairro: Centro/Santa Ifigênia, cidade: São Paulo-SP, CEP:

01033-000 em dias úteis (segunda a sexta-feira) no horário das 9h às 15h, sempre mediante prévio agendamento com a Seção de Material de Patrimônio pelo telefone (11) 3311-3298 ou e-mail [material.iirgd@policiacivil.sp.gov.br](mailto:iirgd@policiacivil.sp.gov.br), obedecendo ainda aos seguintes critérios:

6.4.3. Os bens serão recebidos:

6.4.3.1. **Provisoriamente, em 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da Proposta.

6.4.3.2. **Definitivamente, em 05 (cinco) dias úteis**, após a verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Edital e na Proposta, e sua consequente aceitação

6.5. Os itens adquiridos deverão ter garantia de acordo com a legislação vigente.

6.6. O conteúdo supra atende ao disposto no art. 5º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 68.017/2023.

6.7. Para a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar foram considerados ainda os aspectos constantes dos artigos 3º e 4º do decreto supra, especialmente considerando o seguinte:

6.7.1. No tocante ao artigo 3º, inciso I, o problema a ser resolvido foi evidenciado, buscando-se a melhor solução, qual seja, a aquisição dos materiais para perícia papiloscópica, permitindo ainda a avaliação das viabilidades técnica, socioeconômica e ambiental da contratação;

6.7.2. No tocante ao artigo 3º, inciso II, a referida contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual, com o Plano de Logística Sustentável e com os demais instrumentos de planejamento da Administração, conforme informações constantes no item 11 deste documento.

6.7.3. No tocante ao artigo 3º, inciso III, o documento foi elaborado conjuntamente por servidores da área requisitante e pela equipe de planejamento da contratação, observado o § 1º do artigo 2º deste decreto, consignando que se tratam de servidores de carreira da área policial, pertencentes aos quadros do Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt - IIRGD.

6.7.4. No tocante aos aspectos constantes do artigo 4º foram atendidos e considerados quando da elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, especialmente referente ao inciso III, considerando as contratações anteriores voltadas ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante à atual.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A presente proposta para compra de materiais de assessoramento técnico papiloscópico, por se tratarem de produtos cujo uso pode resultar danos à saúde do servidor de carreira policial, dada as características químicas e suas composições, deverão atender ao mais alto padrão de qualidade com marcas certificadas que atendam a todos os requisitos definidos em legislação.

7.2. O estimativo das quantidades a serem contratadas segue o constante da tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade
1	Aplicador Magnético para Pós; Haste Metálica e Imã; Com Cabo Polímero; 13,7cm de Comprimento e 1,5cm Da Ponta do Imã.	Unidade	60
2	Pincel para Pó para Revelação de Impressão Digital; Com Ponta Em Fibra de Carbono; Ponta Medindo Aproximadamente 4,5cm; Na Cor Preta; Com Cabo Em Alumínio Adonizado; Cabo Medindo Aproximadamente 11 cm; Com Extremidade do Cabo Em Plástico; Com Acessórios de Capa e Tampa Protetora;	Unidade	545

3	Pincel para Pó para Revelação de Impressão Digital; Com ponta em cerdas de agrupamento de filamentos de fibra de vidro; ponta medindo aproximadamente 5,7 cm de comprimento; na cor branca; com cabo em polipropileno injetado; formato cilíndrico; cabo medindo aproximadamente 0,635 cm de diâmetro x 10,8 cm de comprimento; com extremidade do cabo em polipropileno injetado; com acessórios de estojo para armazenamento com tampa	Unidade	545
4	Pincel para Pó para Revelação de Impressão Digital; Com Ponta Em Plumas de Marabou (tipo Espanador); Ponta Medindo Aproximadamente 12cm; Na Cor Branca; Com Cabo Em Madeira Tratada; Cabo Medindo Aproximadamente 13cm; Com Extremidade do Cabo Em Alumínio; Com Acessorios de Capa e Tampa Protetora;	Unidade	95
5	Pincel para Pó para Revelação de Impressão Digital; Com Ponta Em Plumas de Marabou; Ponta Medindo Aproximadamente 12cm(tipo Espanador); Na Cor Preta; Com Cabo Em Madeira Tratada; Cabo Medindo Aproximadamente 13cm; Com Extremidade do Cabo Em Alumínio; Com Acessórios de Capa e Tampa Protetora	Unidade	95
6	Ninidrina para Coleta Impressão Digital; Em Frasco Spray; Composto Por Xilenol,etanol e Ninidrina; Aplicado Em Levantamento Impressão Digital Em Papel Superfície Fosca.	Frasco 473 ml	20
7	Luva para Procedimento não Cirúrgico – Extra Pequeno - Material: Nitrila; Tamanho: Extrapequeno;Modelo: Hipoalérgica; Características Adicionais: Sem Pó; Tipo: Ambidestra; Tipo Uso: Descartável.	Cx. c/ 100 un.	600
8	Luva para Procedimento não Cirúrgico – PEQUENO;Material: Nitrila; Tamanho: Extrapequeno; Modelo: Hipoalérgica; Características Adicionais: Sem Pó; Tipo: Ambidestra; Tipo Uso: Descartável.	Cx. c/ 100 un.	600
9	Luva para Procedimento não Cirúrgico – MEDIO; Material: 100% Nitrilo; Esterilidade: Estéril; Tamanho: Médio; Características Adicionais: Sem Pó, Antiderrapante; Tipo: Ambidestra; Tipo Uso: Descartável.	Cx. c/ 100 un.	1300
10	Luva para Procedimento não Cirúrgico – GRANDE; Material: 100% Nitrilo; Esterilidade: Estéril; Tamanho: Grande; Características Adicionais: Sem Pó, Antiderrapante; Tipo: Ambidestra; Tipo Uso: Descartável.	Cx. c/ 100 un.	600
11	Luva para Procedimento não Cirúrgico – EXTRA GRANDE; Material: 100% Nitrilo; Tamanho: Extra Grande; Características Adicionais: Sem Pó, Antiderrapante; Tipo: Ambidestra; Tipo Uso: Descartável.	Cx. c/ 100 un.	600

12	Fita Adesiva Levantadora de Impressão Digital; Em Polietileno; Transparente; 2,5cm de Largura x 9,15m de Comprimento; Em Rolo;	Unidade	1000
13	Fita Adesiva Levantadora de Impressão Digital; Em Polietileno; Transparente; 5cm de Largura x 9,15m Comprimento; Em Rolo;	Unidade	350
14	Pó Magnético para Levantamento Impressão Digital; Fluorescência co compostos ferrosos; Cor Natural Preta; com revelação na cor preta; rótulo com número de lote, data de fabricação/validade; embalado em embalagem apropriada	Frasco 25 ml	655
15	Pó Magnético para Levantamento Impressão Digital; Fluorescência com compostos Ferrosos; Cor Natural Branca; Com revelação na cor branca; rótulo com número de lote, data de fabricação/validade; embalado em embalagem apropriada	Frasco 30 ml	225
16	Pó Magnético Verde Greencharge LI603, Insumos para investigação criminal; Frasco de 30ml; Pó Magnético para Revelação de Impressões Latentes Verde Fluorescente; Apresenta Pigmentos Brilhantes Através de Compostos Ferrosos Superiores; e um Aditivo Anti Manchas para Garantir Resultados superiores Ao Empoar Impressões Latentes; Utilizado para Aplicação Em Fundos Multicoloridos, de Fácil Aplicação Com Aplicadores Magnéticos; Permite Contraste C /fonte de Luz Forense Ultravioleta Azul Ou Verde (254nm a 365nm) P/ver o Resultado; Composição: Pó de Ferro 50%, Lycopodiun 25%, Pigmento Signal Green Ax 25%; Rótulo Deve Apresentar Procedência/fabricante, Datas de Fabricação e Validade e número de Lote.	Frasco 30 ml	45
17	Pó para Levantamento de Impressão Digital Latente; acetinado; Preto Acetinado; com revelação na cor preto; rótulo com número de lote, data de validade/fabricação, origem; acondicionado em embalagem adequada para o produto	Frasco 59 ml	1115
18	Pó para Levantamento de Impressão Digital Latente; acetinado; Branco; com revelação na cor branca; rótulo com número do lote, data de fabricação/validade, origem; acondicionado em embalagem adequada para o produto	Frasco 59 ml	655

7.3. Para consulta dos códigos de referência dos itens descritos na tabela acima, deverá ser consultado o catálogo de materiais disponibilizado no Portal BEC(<https://www.bec.sp.gov.br/BECSP/Home/Home.aspx>) através da aba "CatMat".

7.4. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições constantes no Termo de Referência, prevalecerão as disposições deste último.

7.5. As quantidades supra foram estimadas para uso no exercício de 2026, sendo seu cálculo realizado pelo responsável da Área Requisitante, descrito no item 3 deste ETP, além do constante no item 8 deste documento.

7.5.1. Como memoriais de cálculo foram anexados a este documento as quantidades adquiridas nos 02 (dois) exercícios anteriores.

7.6. O disposto neste item atende ao disciplinado no Art. 5º, inciso V do Decreto nº 68.017/2023.

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O sigilo dá-se pela necessidade de incentivar-se o caráter competitivo da licitação, encontrando amparo nos arts. 18, § 1º, VI c/c art. 24 da Lei Federal 14.133/2021.]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9.1.1. Nessa análise, quanto a divisibilidade do objeto, levando em consideração o mercado fornecedor, poderá ser parcelado uma vez que a contratação nesses moldes assegure, concomitantemente:

- a) Ser técnica e economicamente viável;
- b) Que não haverá perda de escala; e
- c) Que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

9.1.2. Assim sendo, após análise técnica do tipo de contratação pleiteada, qual seja, a aquisição de materiais de assessoramento técnico papiloscópico, a administração optou pelo parcelamento da solução, de modo a ser parcelado por item.

9.2. As informações supra contemplam o disposto no Art. 5º, inciso VII, do Decreto nº 68.017/2023.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Esta contratação está alinhada com o planejamento deste órgão, previsto no Plano de Contratação Anual para o exercício de 2026, dotado da seguinte identificação:

* Id do item no PCA: 33

* Classe/Grupo: 6640 - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATORIO

* Identificador da Futura Contratação: 180116-9/2026

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Manter os trabalhos já realizados pelo Setor SAID / ABIS-AFIS, além de implementar a realização de assessoramento técnico papiloscópico em local de crime e a qualidade das provas produzidas.

12.2. Aprimorar e aumentar os resultados positivos na identificação criminal das diversas ocorrências atendidas pelas equipes de assessoramento técnico papiloscópico de local do Instituto.

12.3. Melhor aproveitamento dos recursos humanos do setor.

12.4. O item atende ao disposto no Art. 5º, inciso X, do Decreto Estadual nº 68.017/2023.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Realizar a contratação por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

13.2 Não se vislumbra demais providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive adaptações no ambiente, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, tampouco capacitação de servidores que já se utilizam de tais materiais, conforme disposto no inciso XI do Art. 5º do Decreto Estadual nº 68.017/2023.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não se vislumbra impactos ao meio ambiente em decorrência da utilização dos materiais que compõe o objeto em estudo, em razão da quantidade das substâncias e dos materiais requisitados.

14.2 Como critérios de sustentabilidade ambiental o fornecedor deverá observar as disposições da Instrução Normativa MPOG nº 01/2010, naquilo que for aplicável, em especial o previsto nos artigos 5º e 6º (anexo a este ETP).

14.3 O item atende ao disposto no Art. 5º, inciso XII do Decreto Estadual nº 68.017/2023.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Pelo flagrante interesse público envolvido, essencial ao bom funcionamento do Instituto de Identificação "Ricardo Gumbleton Daunt", além dos demais pontos aduzidos, declara-se viável a presente contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIDAMO HOLME FILHO

Equipe Técnica



Assinou eletronicamente em 26/03/2026 às 10:08:30.

FERNANDO COSTA AZEVEDO

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Memorial de cálculo - exercício 2022 - anexo ETP.pdf (1.99 MB)
- Anexo II - Memorial de cálculo - exercício 2023 - anexo ETP.pdf (251.03 KB)



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação “Ricardo Gumbleton Daunt” – IIRGD
Serviço Automático de Impressões Digitais – SAID – ABIS/AFIS
Seção de Assessoramento em Local de Crime

LISTA DE MATERIAL

SEÇÃO DE ASSESSORAMENTO EM LOCAL E LABORATÓRIO BIOMÉTRICO

Justificativa

Por solicitação do Digníssimo Diretor deste departamento, com o escopo de manutenção das equipes de atendimento de local, segue projeção quantitativa de material consumível e de apoio, necessário para reposição nas equipes por aproximadamente 180 dias, considerando a demanda de atendimentos, acrescida de margem de variação.

Como base esta sendo considerada a seguinte quantidade de policiais.:

40 equipes com dois policiais por equipe atuando no DECAP – 74 policiais.

24 equipes com dois policiais por equipe atuando no DEMACRO – 48 policiais.

Total de 124 policiais divididos em 64 equipes.



PCSPCAP202226859



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação “Ricardo Gumbleton Daunt” – IIRGD
Serviço Automático de Impressões Digitais – SAID – ABIS/AFIS
Seção de Assessoramento em Local de Crime

LISTA DE MATERIAL

SEÇÃO DE ASSESSORAMENTO EM LOCAL E LABORATÓRIO BIOMÉTRICO

MATERIAL CONSUMÍVEL PROJEÇÃO DE CONSUMO ESTIMADO PARA 06 MESES.

<i>Item</i>	<i>Descrição</i>	<i>Código/BEC</i>	<i>Quant.</i>	<i>Valor unitário</i>	<i>Valor total</i>
01	Pincel para revelação de impressão digital; com ponta em plumas de Marabou (tipo espanador). Branco	2650215	64		
02	Pincel para revelação de impressão digital; com ponta em plumas de Marabou (tipo espanador). Preto	1811860	64		
03	Pincel para revelação de impressões latentes em fibra de vidro (branco)	4455126	192		
04	Pincel para revelação de impressões latentes em fibra de carbono. (Preto)	1811843	192		
05	Pincel / Aplicador magnético para pós.	1806220	64		
06	Pó magnético Preto	1806181	384		
07	Pó magnético Branco	1806173	384		
08	Pó para levantamento de impressão digital latente; indelével Branco.	1717790	384		
09	Pó para levantamento de impressão digital latente; acetinado Preto	1717782	384		
10	Fita transparente para levantamento de impressões 2,5 cm x 9.1 mts.	4349105	400		
11	Fita transparente para levantamento de impressões 5 cm x 9.1 mts.	2235803	150		
12	Luvas Nitrílicas, sem amido, tamanho Extra Pequeno. Caixa com 100 unidades.	4607961	10		
13	Luvas Nitrílicas, sem amido, tamanho Pequeno. Caixa com 100 unidades.	4793668	300		
14	Luvas Nitrílicas, sem amido, tamanho Médio. Caixa com 100 unidades.	4793692	400		





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação “Ricardo Gumbleton Daunt” – IIRGD
Serviço Automático de Impressões Digitais – SAID – ABIS/AFIS
Seção de Assessoramento em Local de Crime

LISTA DE MATERIAL

SEÇÃO DE ASSESSORAMENTO EM LOCAL E LABORATÓRIO BIOMÉTRICO

<i>Item</i>	<i>Descrição</i>	<i>Código/BEC</i>	<i>Quant.</i>	<i>Valor unitário</i>	<i>Valor total</i>
15	Luvas Nitrílicas, sem amido, tamanho Grande. Caixa com 100 unidades.	3425185	300		
16	Luvas Nitrílicas, sem amido, tamanho Extra grande. Caixa com 100 unidades.	4294483	100		
17	Respirador Semi-facial, Peca facial filtrante confeccionado em fibras sintéticas de não tecido com tratamento eletrostático.	5060036	5.000		
18	Transparência tamanho A4	4601106	10.000		
19	Envelope plástico com lacre de pinos de um lado e capsulas do outro 260x360mm	2375770	10.000		
20	Reagente de partículas pequenas, suspensão escura, embal. 500ml	5281903	100		
21	Reagente de partículas pequenas, suspensão clara, embal. 500ml	5281890	100		
22	Po magnético luminescente verde	5585023	300		
23	Ninidrina Spray	2717166	24		
24	Envelope Plastico; para Pasta Catalogo; Tamanho Ofício; 04 Furos; com espessura minima de (0,15) micra; Transparente cristal.	131342	15.000		
25	Etiqueta para Ink-jet/laser; Medindo (12,7 x 44,45) mm; na cor branca; quantidade por folha: 80 etiquetas; apresentação no formato carta.	2437740	15.000		
26	Lacre de Segurança; de Polietileno; Formato escada; medindo 35cm (compr.); Na cor vermelha; com numeração sequencial em baixo relevo.	2602741	5.000		
TOTAIS					





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação “Ricardo Gumbleton Daunt” – IIRGD
Serviço Automático de Impressões Digitais – SAID – ABIS/AFIS
Seção de Assessoramento em Local de Crime

LISTA DE MATERIAL

SEÇÃO DE ACESSORAMENTO EM LOCAL E LABORATÓRIO BIOMÉTRICO

MATERIAL NÃO CONSUMÍVEL

Item	Descrição	Código/BEC	Quant.	Valor unitário	Valor total
01	Lanterna de luz branca	5158443	64		
02	Prancheta portátil; de acrílico liso; Tamanho (235x340)mm, ofício, espessura 3mm; com prendedor metálico, na cor cristal;	3326535	64		
03	Refrigerador doméstico; Modelo frigobar; capacidade total líquida de 120 Litros; cor branca; dimensão aproximada: 850 x 490 x 540 Mm,	4533941	05		
04	Forno domestico; Micro-ondas; caixa em chapa de aço galvanizada; na cor branca; digital; (297x487x379)mm (axlpx); 23 L;	3669521	05		
05	Ventilador de Mesa; diâmetro nominal: 20 cm; grade de proteção removível; hélice com 3 pás; 127v; com 2 velocidades;	5999014	10		
06	Cartão de memória para câmera / filmadora digital; micro sdhc uhs-i classe 10; Com capacidade de 32gb;	5237262	30		
07	Refrigerador Domestico; Vertical, duplex, Frost Free; capacidade minima total: 375 litros; Branca; com prateleiras internas reguláveis e controle eletrônico de temperatura;	5480876	02		
08	Luminária de led; Corpo em alumínio, lente em acrílico; formato quadrado, modelo plafom de embutir; medindo aproximadamente (30 x 30)cm, na cor branca; potencia de 25w; bivolt;	6002285	08		
TOTAIS					
TOTAL GERAL					



aquisição materiais 1.º semestre 2022

Carla Beatriz Agune <carlaagune@sp.gov.br>

Qua, 19/01/2022 15:14

Para: Marden Mota De Oliveira <marden.mota@policiacivil.sp.gov.br>; Andrea Godoy De Vasconcellos <andrea.vasconcellos@policiacivil.sp.gov.br>; Jorge Alvaro Gonzaga <jorge.gonzaga@policiacivil.sp.gov.br>; Gizele Aparecida Alves Andre <gizele.andre@policiacivil.sp.gov.br>; Alessandra Alcantara Buonso <alessandra.buonso@policiacivil.sp.gov.br>; Valdirene Carvalho De Barros <valdirene.barros@policiacivil.sp.gov.br>; Carlos Cesar De Almeida <carlos.almeida3@policiacivil.sp.gov.br>; Leonardo Lucas Rocha <leonardo.rocha@policiacivil.sp.gov.br>; Cristina Da Conceição Rezende <crisrina.rezende@policiacivil.sp.gov.br>; Aldo Alves Rocha <aldo.rocha@policiacivil.sp.gov.br>; Edison Campos De Paula <edison.paula@policiacivil.sp.gov.br>; Luiz Rico Perez <luis.perez@policiacivil.sp.gov.br>; Afranio Rocha Santos Neto <afranio.neto@policiacivil.sp.gov.br>; Carolina Rodrigues Da Silva Cremonine <carolina.cremonine@policiacivil.sp.gov.br>; Robson Marinho Da Cruz <robson.cruz1@policiacivil.sp.gov.br>; Aparecida Gabriela Bexiga Veloso <aparecida.bexiga@policiacivil.sp.gov.br>; Amabile De Castro Pauletto <amabile.pauletto@policiacivil.sp.gov.br>; Waldir Tadeu Freitas Junior <waldir.junior@policiacivil.sp.gov.br>; Marcio Palaia Lazzari <marcio.lazzari@poupatempo.sp.gov.br>; finanzas.iirgd@policiacivil.sp.gov.br <finanzas.iirgd@policiacivil.sp.gov.br>

Cc: Mitiaki Yamamoto <mitiaki.yamamoto@sp.gov.br>; Denis Almeida Chiuratto <dchiuratto@sp.gov.br>; Murillo Salles Freua <murillo.freua@policiacivil.sp.gov.br>

Prezados boa tarde,

De ordem superior e visando instruir os futuros procedimentos licitatórios destinados as aquisições de materiais para esta UGE, solicito, que seja encaminhada ao **Sr Marcos Arjona**, do setor de licitações e contratos, a relação de material, de uso específico do setor, ou seja, materiais que não são contemplados nas requisições elaboradas pelo Setor de Almoxarifado e Patrimônio responsável elaboração de requisições de materiais de uso comum, destinados ao suprimento do estoque do almoxarifado. Nas respectivas solicitações deverão constar a justificativa para aquisição, a descrição do item de material com o código BEC e a quantidade estimada para o período de 6 (seis) meses.

As requisições deverão ser encaminhadas, no endereço eletrônico:

marcos.silva@policiacivil.sp.gov.br, até o dia 31 de janeiro de 2022.

Para as consultas dos itens a serem solicitados, o usuário deverá efetuar a pesquisa no sitio eletrônico: www.bec.sp.gov.br, no canto superior, clicar no ícone CATÁLOGO, escolher a opção MATERIAIS, CONSULTA DE ITENS.

Para maiores esclarecimentos, se necessário, favor dirigir-se ao setor de licitações, situado no 3.º andar deste Instituto e Identificação.

Atenciosamente,

Carla Beatriz Agune
Investigadora de Polícia
Assistência Policial - IIRGD



Enc: aquisição materiais 1.º semestre 2022 - Mono

Marcos Arjona Barreto Silva <marcos.silva@policiacivil.sp.gov.br>

Ter, 01/02/2022 13:00

Para: DIPOL / IIRGD <licitacao.iirgd@policiacivil.sp.gov.br>

 1 anexos (138 KB)

Lista Mat Pericia Papi 60 equipes 2022.pdf;

De: Carla Beatriz Agune <carlaagune@sp.gov.br>

Enviado: terça-feira, 1 de fevereiro de 2022 12:53:18

Para: Marcos Arjona Barreto Silva <marcos.silva@policiacivil.sp.gov.br>

Assunto: ENC: aquisição materiais 1.º semestre 2022

De: Luiz Rico Perez <luis.perez@policiacivil.sp.gov.br>

Enviado: terça-feira, 1 de fevereiro de 2022 12:51

Para: Marcos Arjona Barreto Silva <marcos.silva@policiacivil.sp.gov.br>; Carla Beatriz Agune <carlaagune@sp.gov.br>

Cc: Carla Beatriz Agune <carla.agune@policiacivil.sp.gov.br>

Assunto: ENC: aquisição materiais 1.º semestre 2022



DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL - DIPOL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT - IIRGD

LUIZ RICO PEREZ
PAPILOSCOPISTA POLICIAL

AVENIDA CASPER LIBERO, 370 - LUZ
SÃO PAULO - SP CEP - 01033-000
luis.perez@policiacivil.sp.gov.br
11 3228-1229 - 11 3228-1320

De: Luiz Rico Perez <luis.perez@policiacivil.sp.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 31 de janeiro de 2022 13:47

Para: Marcos Arjona Barreto Silva <marcos.silva@policiacivil.sp.gov.br>

Cc: Carolina Rodrigues Da Silva Cremonine <carolina.cremonine@policiacivil.sp.gov.br>

Assunto: ENC: aquisição materiais 1.º semestre 2022

Boa tarde Marcos

Conforme solicitado pela assistência policial, Sra. Carla Agune, segue em anexo o rol dos materiais necessários ao Serviço Automático de Impressões Digitais (SAID), em quantidades proporcionais a perspectiva de consumo estipulada.
Sem mais para o momento.



PCSPCAP202226859

Atenciosamente



DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL - DIPOL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT - IIRGD

LUIZ RICO PEREZ
PAPILOSCOPISTA POLICIAL

AVENIDA CASPER LIBERO, 370 - LUZ
SÃO PAULO - SP CEP - 01033-000
luis.perez@policiacivil.sp.gov.br
11 3228-1229 - 11 3228-1320

De: Carla Beatriz Agune <carlaagune@sp.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 19 de janeiro de 2022 15:14

Para: Marden Mota De Oliveira <marden.mota@policiacivil.sp.gov.br>; Andrea Godoy De Vasconcellos <andrea.vasconcellos@policiacivil.sp.gov.br>; Jorge Alvaro Gonzaga <jorge.gonzaga@policiacivil.sp.gov.br>; Gizele Aparecida Alves Andre <gizele.andre@policiacivil.sp.gov.br>; Alessandra Alcantara Buonso <alessandra.buonso@policiacivil.sp.gov.br>; Valdirene Carvalho De Barros <valdirene.barros@policiacivil.sp.gov.br>; Carlos Cesar De Almeida <carlos.almeida3@policiacivil.sp.gov.br>; Leonardo Lucas Rocha <leonardo.rocha@policiacivil.sp.gov.br>; Cristina Da Conceição Rezende <cristina.rezende@policiacivil.sp.gov.br>; Aldo Alves Rocha <aldo.rocha@policiacivil.sp.gov.br>; Edison Campos De Paula <edison.paula@policiacivil.sp.gov.br>; Luiz Rico Perez <luis.perez@policiacivil.sp.gov.br>; Afranio Rocha Santos Neto <afranio.neto@policiacivil.sp.gov.br>; Carolina Rodrigues Da Silva Cremonine <carolina.cremonine@policiacivil.sp.gov.br>; Robson Marinho Da Cruz <robson.cruz1@policiacivil.sp.gov.br>; Aparecida Gabriela Bexiga Veloso <aparecida.bexiga@policiacivil.sp.gov.br>; Amabile De Castro Pauletto <amabile.pauletto@policiacivil.sp.gov.br>; Walmir Tadeu Freitas Junior <walmir.junior@policiacivil.sp.gov.br>; Marcio Palaia Lazzari <marcio.lazzari@poupatempo.sp.gov.br>; fincas.iirgd@policiacivil.sp.gov.br <fincas.iirgd@policiacivil.sp.gov.br>; DIPOL / IIRGD <licitacao.iirgd@policiacivil.sp.gov.br>; DIPOL / IIRGD material <material.iirgd@policiacivil.sp.gov.br>; secui.iirgd@policiacivil.sp.gov.br <secui.iirgd@policiacivil.sp.gov.br>; secic.iirgd@policiacivil.sp.gov.br <secic.iirgd@policiacivil.sp.gov.br>; DIPOL / IIRGD Sereg/ <sereg.iirgd@policiacivil.sp.gov.br>; Neide Rodrigues Dos Santos <neide.caires@policiacivil.sp.gov.br>; Marcos Arjona Barreto Silva <marcos.silva@policiacivil.sp.gov.br>; Expediente IIRGD <expediente.iirgd@policiacivil.sp.gov.br>; DIPOL/IIRGD/Assistência Policial/ <iirgd.dipol@policiacivil.sp.gov.br>; Serviço Automatico de Identificação de Digitais - SAID <said.iirgd@sp.gov.br>; DIPOL/IIRGD/Setor de Análise e Regularização Documental <sard.iirgd@policiacivil.sp.gov.br>; Fernanda Menezes Moura <fernanda.menezes@policiacivil.sp.gov.br>; Fatima Aparecida Costa Da Rocha <fatima.rocha2@policiacivil.sp.gov.br>

Cc: Mitiaki Yamamoto <mitiaki.yamamoto@sp.gov.br>; Denis Almeida Chiuratto <dchiuratto@sp.gov.br>; Murillo Salles Freua <murillo.freua@policiacivil.sp.gov.br>

Assunto: aquisição materiais 1.º semestre 2022

Prezados boa tarde,



Autenticado com senha por CLAUDIONIR DE OLIVEIRA SILVA - Auxiliar de Papiloscopista Policial - 2a Classe / DIPOL-IIRGD-SERVADM - 03/03/2022 às 14:15:31.
Documento Nº: 35885535-6560 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=35885535-6560>



PCSPCAP202226859

De ordem superior e visando instruir os futuros procedimentos licitatórios destinados as aquisições de materiais para esta UGE, solicito, que seja encaminhada ao **Sr Marcos Arjona**, do setor de licitações e contratos, a relação de material, de uso específico do setor, ou seja, materiais que não são contemplados nas requisições elaboradas pelo Setor de Almoxarifado e Patrimônio responsável elaboração de requisições de materiais de uso comum, destinados ao suprimento do estoque do almoxarifado. Nas respectivas solicitações deverão constar a justificativa para aquisição, a descrição do item de material com o código BEC e a quantidade estimada para o período de 6 (seis) meses.

As requisições deverão ser encaminhadas, no endereço eletrônico:

marcos.silva@policiacivil.sp.gov.br, até o dia 31 de janeiro de 2022.

Para as consultas dos itens a serem solicitados, o usuário deverá efetuar a pesquisa no sitio eletrônico: www.bec.sp.gov.br, no canto superior, clicar no ícone CATÁLOGO, escolher a opção MATERIAIS, CONSULTA DE ITENS.

Para maiores esclarecimentos, se necessário, favor dirigir-se ao setor de licitações, situado no 3.º andar deste Instituto e Identificação.

Atenciosamente,

Carla Beatriz Agune
Investigadora de Polícia
Assistência Policial - IIRGD





Governo do Estado de São Paulo
Polícia Civil do Estado de São Paulo
DIPOL/IIRGD/Serv. Administração

Lista de material de almoxarifado

Assunto: 09 - Nota de Falta de Material de Perícia - 2022

Prezados,

Solicitamos os materiais de perícia conforme anexo "09 - Nota de Falta Perícia 2022.PDF" para suprir as necessidade do IIRGD

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

LEONARDO LUCAS ROCHA
Auxiliar de Papiloscopista Policial - 2a Classe
DIPOL/IIRGD/Serv. Administração



Assinado com senha por LEONARDO LUCAS ROCHA - 23/02/2022 às 11:47:16.
Documento Nº: 35454245-5786 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35454245-5786>

Classif. documental

004.03.01.008

SIGA



PCSPPLA202201377A



PCSPCAP202226859



Autenticado com senha por CLAUDIONIR DE OLIVEIRA SILVA - Auxiliar de Papiloscopista Policial - 2a Classe / DIPOL-IIRGD-SERVADM - 03/03/2022 às 14:15:31.
Documento Nº: 35885535-6560 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35885535-6560>



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Seção de Material e Patrimônio

NOTA DE FALTA nº 9 de 2022

A Seção de Licitação

São Paulo, 14/02/2022

Solicitamos materiais de pericia para suprir as necessidades do IIRGD

ITEM	CODIGO BEC	DESCRIÇÃO	U. F	GRUPO	QUANTIDADE
1	1717782	Pó Levantamento de Impressão Digital	519	69	6
2	2650215	Pincel para revelação de Impressão digital - Pena de Marabou - BRANCO	1	69	64
3	1811860	Pincel para revelação de Impressão digital - Pena de Marabou - PRETO	1	69	64
4	4455126	Pincel para revelação de Impressão Latente Fibra de Vidro	1	69	192
5	1811843	Pincel para revelação de Impressão Latente Fibra de Carbono	1	69	192
6	1806220	Pincel / Aplicador Magnetico para pós	1	69	64
7	1806181	Pó Magnetico -Preto	128	69	384
8	1806173	Pó Magnetico -Branco	128	69	384
9	1717790	Pó para Levantamento de Impressão digital latente - Indelevel - Branco	519	69	384
10	1717782	Pó para Levantamento de Impressão digital latente - Acetinado - Preto	519	69	384
11	4349105	Fita transparente p/ levantamento Impressão 2,5cm X 9,1m	1	69	400
12	2235803	Fita transparente p/ levantamento Impressão 5 cm X 9,1m	1	69	150
13	5281903	Reagente de Partículas Pequenas Escuro	120	69	100
14	5281890	Reagente de Partículas Pequenas Claro	120	69	100
15	5585023	Pó Magnetico Luminescente - Verde	12	69	300
16	2717166	Ninidrina Spray	301	69	24

Leonardo Lucas Rocha
Material e Patrimônio



Autenticado com senha por LEONARDO LUCAS ROCHA - Auxiliar de Papiloscopista Policial - 2a Classe / DIPOL-IIRGD-SERVADM - 23/02/2022 às 11:53:18.
Documento Nº: 35459313-5293 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35459313-5293>

SIGA



PCSPCAP202224319A



Autenticado com senha por CLAUDIONIR DE OLIVEIRA SILVA - Auxiliar de Papiloscopista Policial - 2a Classe / DIPOL-IIRGD-SERVADM - 03/03/2022 às 14:15:31.
Documento Nº: 35885535-6560 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35885535-6560>



PCSPCAP202226859



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

PERÍCIA PAPILOSCÓPICA

CLASSE 6940

Nº SEQ	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CÓDIGO BEC	U.F.	QUANT
1	Po para Levantamento de Impressão Digital Latente; Acetinado; Preto Acetinado; Com Revelação Na Cor Preto; Rotulo Com Numero do Lote,data de Fabricação,validade,origem; Acondicionado Em Embalagem Adequada para o Produto;	1717782	519 (fr 59 mm)	390
2	Pincel para Po para Revelação de Impressão Digital; Com Ponta Em Plumas de Marabou(tipo Espanador); Ponta Medindo Aproximadamente 12cm; Na Cor Branca ; Com Cabo Em Madeira Tratada; Cabo Medindo Aproximadamente 13cm; Com Extremidade do Cabo Em Alumínio; Com Acessórios de Capa e Tampa Protetora;	2650215	1 (un)	64
3	Pincel para Po para Revelação de Impressão Digital; Com Ponta Em Plumas de Marabou; Ponta Medindo Aproximadamente 12cm(tipo Espanador); Na Cor Preta; Com Cabo Em Madeira Tratada; Cabo Medindo Aproximadamente 13cm; Com Extremidade do Cabo Em Alumínio; Com Acessórios de Capa e Tampa Protetora;	1811860	1 (un)	64
4	Pincel para Po para Revelação de Impressão Digital; Com Ponta Em Cerdas de	4455126	1 (un)	192

Avenida Cásper Líbero, 370 - Santa Ifigênia - São Paulo/SP - CEP: 01033-000, Caixa Postal 3045
Telefone: (11) 3311 3207, e-mail: licitacoes.iirgd@policiacivil.sp.gov.br

Assinado eletronicamente por CLAUDIONIR DE OLIVEIRA SILVA Matrícula: 12319016 -- Auxiliar de Papiloscopista Policial - Data/hora 03/03/2022 09:57:04
Para verificar autenticidade acesse https://dipol.policiacivil.sp.gov.br/validacao_codigo=113337824-2022-60358



Autenticado com senha por CLAUDIONIR DE OLIVEIRA SILVA - Auxiliar de Papiloscopista Policial - 2a Classe / DIPOL-IIRGD-SERVADM - 03/03/2022 às 14:15:31.
Documento Nº: 35885535-6560 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35885535-6560>



PCSPCAP202226859



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

	Agrupamento de Filamentos de Fibra de Vidro; Ponta Medindo Aproximadamente 5,7 Cm de Comprimento; Na Cor Branca; Com Cabo Em Polipropileno Injetado , Formato Cilindrico; Cabo Medindo Aproximadamente 0,635 Cm de Diâmetro x 10,8 Cm de Comprimento; Com Extremidade do Cabo Em Polipropileno Injetado; Com Acessórios de Estojo para Armazenamento Com Tampa;			
5	Pincel para Po para Revelação de Impressão Digital; Com Ponta Em Fibra de Carbono; Ponta Medindo Aproximadamente 4,5cm; Na Cor Preta; Com Cabo Em Alumínio Adonizado; Cabo Medindo Aproximadamente 11cm; Com Extremidade do Cabo Em Plástico; Com Acessórios de Capa e Tampa Protetora;	1811843	1 (un)	192
6	Aplicador Magnético para Pos; Haste Metálica e Ima; Com Cabo Polímero; 13,7cm de Comprimento e 1,5cm Da Ponta do Ima;	1806220	1 (un)	64
7	Po Magnético para Levantamento Impressão Digital; Fluorescência Com Compostos Ferrosos; Cor Natural Preta; Com Revelação Na Cor Preta; Rotulo Com Numero de Lote Data de Fabricação/validade; Embalado Em Embalagem Adequada;	1806181	128 (fr 30 ml)	384
8	Po Magnético para Levantamento Impressão Digital; Fluorescência Com Compostos Ferrosos; Cor Natural Branca; Com Revelação Na Cor Branca; Rotulo Com Numero de Lote Data de Fabricação/validade; Embalado Em Embalagem Adequada;	1806173	128 (fr 30 ml)	384

Avenida Cásper Líbero, 370 - Santa Ifigênia - São Paulo/SP - CEP: 01033-000, Caixa Postal 3045
Telefone: (11) 3311 3207, e-mail: licitacoes.iirgd@policiacivil.sp.gov.br

Assinado eletronicamente por CLAUDIONIR DE OLIVEIRA SILVA Matrícula: 12319016 -- Auxiliar de Papiloscopista Policial - Data/hora 03/03/2022 09:57:04
Para verificar autenticidade acesse https://dipol.policiacivil.sp.gov.br/validacao_codigo=113337824-2022-60358



Autenticado com senha por CLAUDIONIR DE OLIVEIRA SILVA - Auxiliar de Papiloscopista Policial - 2a Classe / DIPOL-IIRGD-SERVADM - 03/03/2022 às 14:15:31.
Documento Nº: 35885535-6560 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35885535-6560>



PCSPCAP202226859



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

9	Po para Levantamento de Impressão Digital Latente; Acetinado; Branco; Com Revelação Na Cor Branco; Rotulo Com Numero do Lote,data de Fabricação,validade,origem; Acondicionado Em Embalagem Adequada para o Produto;	1717790	519 (fr 59 ml)	384
10	Fita Adesiva Levantadora de Impressão Digital; Em Polietileno; Transparente; 2,5cm de Largura x 9,15m de Comprimento; Em Rolo;	4349105	1 (un)	400
11	Fita Adesiva Levantadora de Impressão Digital; Em Polietileno; Transparente; 5cm de Largura x 9,15m Comprimento; Em Rolo;	2235803	1 (un)	150
12	Reagente de Partículas Pequenas(latente); Dissulfeto de Molibdênio; Sera Utilizado Em Superfície Escura; Suspensão Tipo Branca; Acondicionada Em Frasco Com Borrifador;	5281903	120 (fr500 ml)	100
13	Reagente de Partículas Pequenas(latente); Dissulfeto de Molibdênio; Sera Utilizado Em Superfície Claras; Suspensão Tipo Escura; Acondicionada Em Frasco Com Borrifador;	5281890	120 (fr500 ml)	100
14	Insumos para Investigação Criminal; Pó Magnético Verde Greencharge LI603, Frasco de 30ml; Pó Magnético para Revelação de Impressões Latentes Verde Fluorescente; Apresenta Pigmentos Brilhantes Através de Compostos Ferrosos Superiores; e Um Aditivo Anti Manchas para Garantir Resultados superiores Ao Empoar Impressões	5585023	12 (fr)	300

Avenida Cásper Líbero, 370 -Santa Ifigênia -São Paulo/SP – CEP: 01033-000, Caixa Postal 3045
Telefone: (11) 3311 3207, e-mail: licitacoes.iirgd@policiacivil.sp.gov.br

Assinado eletronicamente por CLAUDIONIR DE OLIVEIRA SILVA Matrícula: 12319016 -- Auxiliar de Papiloscopista Policial - Data/hora 03/03/2022 09:57:04
Para verificar autenticidade acesse https://dipol.policiacivil.sp.gov.br/validacao_codigo=113337824-2022-60358



Autenticado com senha por CLAUDIONIR DE OLIVEIRA SILVA - Auxiliar de Papiloscopista Policial - 2a Classe / DIPOL-IIRGD-SERVADM - 03/03/2022 às 14:15:31.
Documento Nº: 35885535-6560 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35885535-6560>



PCSPCAP202226859



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

	Latentes; Utilizado para Aplicação Em Fundos Multicoloridos, de Fácil Aplicação Com Aplicadores Magnéticos; Permite Contraste C/fonte de Luz Forense Ultravioleta Azul Ou Verde(254nm a 365nm) P/ver o Resultado; Composição: Pó de Ferro 50%, Lycopodium 25%, Pigmento Signal Green Ax 25%; Rótulo Deve Apresentar Procedência/fabricante, Datas de Fabricação e Validade e n Mero de Lote;			
15	Ninidrina para Coleta Impressão Digital; Em Frasco Spray; Composto Por Xilenol, etanol e Ninidrina; Aplicado Em Levantamento Impressão Digital Em Papel Superfície Fosca;	2717166	301 (fr473 ml)	24

São Paulo, 20 de fevereiro de 2022

Claudionir de Oliveira Silva
Licitação e Contrato
IIRGD

Avenida Cásper Líbero, 370 - Santa Ifigênia - São Paulo/SP - CEP: 01033-000, Caixa Postal 3045
Telefone: (11) 3311 3207, e-mail: licitacoes.iirgd@policiacivil.sp.gov.br

Assinado eletronicamente por CLAUDIONIR DE OLIVEIRA SILVA Matrícula: 12319016 -- Auxiliar de Papiloscopista Policial - Data/hora 03/03/2022 09:57:04
Para verificar autenticidade acesse https://dipol.policiacivil.sp.gov.br/validacao_codigo=113337824-2022-60358



Autenticado com senha por CLAUDIONIR DE OLIVEIRA SILVA - Auxiliar de Papiloscopista Policial - 2a Classe / DIPOL-IIRGD-SERVADM - 03/03/2022 às 14:15:31.
Documento Nº: 35885535-6560 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35885535-6560>



PCSPCAP202226859



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos**

NATUREZA: Nota de Falta nº 9 de 23/02/2022
REMESSA: 76439/2022
INTERESSADO: IIRGD
ASSUNTO: Aquisição de material para Perícia Papiloscópica

Excelentíssimo Senhor
Delegado Divisionário de Polícia do IIRGD,

Conforme anuência superior discorre este expediente de Nota de Falta nº 9, de 23/02/2022, expedida pelo Setor de Material de Patrimônio, oriundo da seção de SERVIÇO AUTOMÁTICO DE IMPRESSÕES DIGITAIS - SAID em 01/02/2022, discriminando os materiais e quantidades necessárias à manutenção do estoque e do setor requisitante.

Justificou-se a aquisição pleiteada devido ao consumo anual desses produtos pelas equipes de atendimento a locais e a manutenção dos serviços imprescindíveis desempenhada pelo Serviço de Controle das Unidades de Identificação do IIRGD.

Face ao exposto acima, elevo ao crivo de Vossa Excelência autorização para abertura de procedimento licitatório. Sugiro, s.m.j., a solicitação dos recursos financeiros e orçamentários para amparar a despesa.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

Carla Beatriz Agune
Investigadora de Polícia
Assistência Policial / IIRGD

Claudionir de Oliveira Silva
Licitações e Contratos
IIRGD

Avenida Cásper Líbero, 370 - Santa Ifigênia - São Paulo/SP – CEP: 01033-000, Caixa Postal 3045
Telefone: (11) 3311 3217, e-mail: licitacoes.iirgd@policiacivil.sp.gov.br

Assinado eletronicamente por CARLA BEATRIZ AGUNE Matrícula: 64890001 -- Investigador de Polícia Especial - Data/hora 02/03/2022 14:19:23
Assinado eletronicamente por CLAUDIONIR DE OLIVEIRA SILVA Matrícula: 12319016 -- Auxiliar de Papiloscopista Policial - Data/hora 25/02/2022 15:02:10
Para verificar autenticidade acesse https://dipol.policiacivil.sp.gov.br/validacao_codigo-868090521-2022-58089



Autenticado com senha por CLAUDIONIR DE OLIVEIRA SILVA - Auxiliar de Papiloscopista Policial - 2a Classe / DIPOL-IIRGD-SERVADM - 03/03/2022 às 14:15:31.
Documento Nº: 35885535-6560 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35885535-6560>



PCSPCAP202226859



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

NATUREZA: Nota de Falta nº 9 de 23/02/2022
REMESSA: 76439/2022
INTERESSADO: IIRGD
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PERÍCIA PAPILOSCÓPICA
DESPACHO nº: 62/2022/MY/cba.

Trata este expediente de AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PERÍCIA PAPILOSCÓPICA destinado consumo anual desses produtos pelas equipes de atendimento a locais e a manutenção dos serviços imprescindíveis desempenhada pelo Serviço de Controle das Unidades de Identificação do IIRGD.

Diante dos documentos arrematados no instrumento **AUTORIZO** abertura do procedimento consentâneo, nos termos do art. 38 da Lei 8.666/93, com rubrica de “AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PERÍCIA PAPILOSCÓPICA”.

Restitua-se ao Setor de Licitações e Contratos para as providências referentes à elaboração do instrumento com descrição detalhada do objeto por meio da especificação técnica encartada aos autos, em consonância com o previsto no artigo 15, § 7º, da Lei 8.666/93.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

MITIAKI YAMAMOTO
DELEGADO DIVISIONÁRIO DE POLICIA
IIRGD

Avenida Cásper Líbero, 370 - Santa Ifigênia - São Paulo/SP – CEP: 01033-000, Caixa Postal 3045
Telefone: (11) 3311 3217, e-mail: licitacoes.iirgd@policiacivil.sp.gov.br

Assinado eletronicamente por MITIAKI YAMAMOTO Matrícula: 7192022 – Delegado de Polícia Especial - Data/hora 02/03/2022 16:38:38
Para verificar autenticidade acesse https://dipol.policiacivil.sp.gov.br/validacao_codigo=710837418-2022-58090



Autenticado com senha por CLAUDIONIR DE OLIVEIRA SILVA - Auxiliar de Papiloscopista Policial - 2a Classe / DIPOL-IIRGD-SERVADM - 03/03/2022 às 14:15:31.
Documento Nº: 35885535-6560 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35885535-6560>



PCSPCAP202226859



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIPOL
IIRGD
LICITAÇÕES

LISTA DE REMESSA

LISTA DE REMESSA Nº 6/2022 - ENCERRADA EM: 03/03/2022 09:39:37

ORIGEM: DIPOL-IIRGD-LICITAÇÕES (Licitação e Contratos)

RESPONSÁVEL: CLAUDIONIR DE OLIVEIRA SILVA

CÓDIGO DE ACESSO: 156872100710

DESTINO: DIPOL-IIRGD-LICITAÇÕES (PROCESSO LICITATÓRIO)

	PROTOCOLO	DESPACHO	RESUMO	PRAZO
1	79231/2022		Aquisição de Material para Perícia Papiloscópica	

03/03/2022 09:39



Av. Cásper Líbero, 370

Recebido Por



Autenticado com senha por CLAUDIONIR DE OLIVEIRA SILVA - Auxiliar de Papiloscopista Policial - 2a Classe / DIPOL-IIRGD-SERVADM - 03/03/2022 às 14:15:31.
Documento Nº: 35885535-6560 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=35885535-6560>



PCSPCAP202226859



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Seção de Material e Patrimônio

NOTA DE FALTA nº 9 de 2022

A Seção de Licitação

São Paulo, 14/02/2022

Solicitamos materiais de perícia para suprir as necessidades do IIRGD

ITEM	CODIGO BEC	DESCRIÇÃO	U. F	GRUPO	QUANTIDADE
1	1717782	Pó Levantamento de Impressão Digital	519	69	6
2	2650215	Pincel para revelação de Impressão digital - Pena de Marabou - BRANCO	1	69	64
3	1811860	Pincel para revelação de Impressão digital - Pena de Marabou - PRETO	1	69	64
4	4455126	Pincel para revelação de Impressão Latente Fibra de Vidro	1	69	192
5	1811843	Pincel para revelação de Impressão Latente Fibra de Carbono	1	69	192
6	1806220	Pincel / Aplicador Magnetico para pós	1	69	64
7	1806181	Pó Magnetico -Preto	128	69	384
8	1806173	Pó Magnetico -Branco	128	69	384
9	1717790	Pó para Levantamento de Impressão digital latente - Indelevel - Branco	519	69	384
10	1717782	Pó para Levantamento de Impressão digital latente - Acetinado - Preto	519	69	384
11	4349105	Fita transparente p/ levantamento Impressão 2,5cm X 9,1m	1	69	400
12	2235803	Fita transparente p/ levantamento Impressão 5 cm X 9,1m	1	69	150
13	5281903	Reagente de Particulas Pequenas Escuro	120	69	100
14	5281890	Reagente de Particulas Pequenas Claro	120	69	100
15	5585023	Po Magnetico Luminescente - Verde	12	69	300
16	2717166	Ninidrina Spray	301	69	24

Leonardo Lucas Rocha
Material e Patrimônio



PCSPCAP202224319A



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO-SIAFISICO- 2025NE

UG	180116-INST.IDENTIFICACAORICARDOG.DAUNT
Gestão	00001-GOVERNODOESTADODESAOPAULO
Data de Emissão	

CNPJ/CPF/UG					
Credor					
Endereço					
Cidade		UF		CEP	

Origem Material	1
-----------------	---

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	NaturezaDespesa	UGR	PI	PTRES

No Processo		Acordo			
Tipo de Empenho		RefDispensa			
Licitação		Modalidade			
Empenho Orig.		NºContrato		NºOC	

Valor do Empenho R\$	
----------------------	--

Cronograma					
		Mês	Valor		
Sequência		Item		Unid.Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		PreçoTotal	
Descrição					



Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--

ANEXO III**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA****ANEXO III.1****MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA****Aquisição de materiais para Assessoramento Papiloscópico de Local de Crime**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓD. BEC	CATMA T	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANT.	MARCA/ FABRICA NTE	VALOR UNITÁRI O(R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
1	Aplicador Magnético para Pós; Haste Metálica e Imã; Com Cabo Polímero; 13,7cm de Comprimento e 1,5cm Da Ponta do Imã.	1806220	363638	Un.	60			
2	Pincel para Pó para Revelação de Impressão Digital; Com Ponta Em Fibra de Carbono; Ponta Medindo Aproximadamente 4,5cm; Na Cor Preta; Com Cabo Em Alumínio Adonizado; Cabo Medindo Aproximadamente 11 cm; Com Extremidade do Cabo Em Plástico; Com Acessórios de Capa e Tampa Protetora(Cota principal);	1811843	464851	Un.	410			
3	Pincel para Pó para Revelação de Impressão Digital; Com ponta em cerdas de agrupamento de filamentos de fibra de vidro; ponta medindo de comprimento; na cor branca; com cabo em polipropileno injetado; formato cilíndrico; cabo medindo aproximadamente 0,635 cm de diâmetro x 10,8 cm de comprimento; com extremidade do cabo em polipropileno injetado; com acessórios de estojo para armazenamento com tampa(Cota principal);	4455126	426533	Un.	410			

4	Pincel para Pó para Revelação de Impressão Digital; Com Ponta Em Plumas de Marabou (tipo Espanador); Ponta Medindo Aproximadamente 12cm; Na Cor Branca; Com Cabo Em Madeira Tratada; Cabo Medindo Aproximadamente 13cm; Com Extremidade do Cabo Em Alumínio; Com Acessórios de Capa e Tampa Protetora;	265025	353811	Un.	95			
5	Pincel para Pó para Revelação de Impressão Digital; Com Ponta Em Plumas de Marabou; Ponta Medindo Aproximadamente 12cm(tipo Espanador); Na Cor Preta; Com Cabo Em Madeira Tratada; Cabo Medindo Aproximadamente 13cm; Com Extremidade do Cabo Em Alumínio; Com Acessórios de Capa e Tampa Protetora	181180	353811	Un.	95			
6	Ninidrina para Coleta Impressão Digital; Em Frasco Spray; Composto Por Xilenol,etanol e Ninidrina; Aplicado Em Levantamento Impressão Digital Em Papel Superfície Fosca.	271716	412702	Frasco 473 ml	20			
7	Luva para Procedimento não Cirúrgico – Extra Pequeno - Material: Nitrila; Tamanho: Extrapequeno;Modelo: Hipoalérgica; Características Adicionais: Sem Pó; Tipo: Ambidestra; Tipo Uso: Descartável.	460791	619822	Cx c/ 100 unidades	600			

8	Luva para Procedimento não Cirúrgico – PEQUENO; Material: Nitrila; Tamanho: Extrapequeno; Modelo: Hipoalérgica; Características Adicionais: Sem Pó; Tipo: Ambidestra; Tipo Uso: Descartável.	479368	619823	Cx c/ 100 unidades	600			
9	Luva para Procedimento não Cirúrgico – MEDIO; Material: 100% Nitrilo; Esterilidade: Estéril; Tamanho: Médio; Características Adicionais: Sem Pó, Antiderrapante; Tipo: Ambidestra; Tipo Uso: Descartável.	479362	619824	Cx c/ 100 unidades	1300			
10	Luva para Procedimento não Cirúrgico – GRANDE; Material: 100% Nitrilo; Esterilidade: Estéril; Tamanho: Grande; Características Adicionais: Sem Pó, Antiderrapante; Tipo: Ambidestra; Tipo Uso: Descartável.	342515	619825	Cx c/ 100 unidades	600			
11	Luva para Procedimento não Cirúrgico – EXTRA GRANDE; Material: 100% Nitrilo; Tamanho: Extra Grande; Características Adicionais: Sem Pó, Antiderrapante; Tipo: Ambidestra; Tipo Uso: Descartável	429443	619821	Cx c/ 100 unidades	600			
12	Fita Adesiva Levantadora de Impressão Digital; Em Polietileno; Transparente; 2,5cm de Largura x 9,15m de Comprimento; Em Rolo(Cota principal);	434915	226708	Un.	750			

13	Fita Adesiva Levantadora de Impressão Digital; Em Polietileno; Transparente; 5cm de Largura x 9,15m Comprimento; Em Rolo;	2235803	226708	Un.	350			
14	Pó Magnético para Levantamento Impressão Digital; Fluorescência co compostos ferrosos; Cor Natural Preta; com revelação na cor preta; rótulo com número de lote, data de fabricação/validade; embalado em embalagem apropriada(Cota principal)	1806181	604123	Frasco 25 ml	492			
15	Pó Magnético para Levantamento Impressão Digital; Fluorescência com compostos Ferrosos; Cor Natural Branca; Com revelação na cor branca; rótulo com número de lote, data de fabricação/validade; embalado em embalagem apropriada	180613	604123	Frasco 30 ml	225			
16	Pó Magnético Verde Greencharge LI603, Insumos para investigação criminal; Frasco de 30ml; Pó Magnético para Revelação de Impressões Latentes Verde Fluorescente; Apresenta Pigmentos Brilhantes Através de Compostos Ferrosos Superiores; e um Aditivo Anti Manchas para Garantir Resultados superiores Ao Empoar Impressões Latentes; Utilizado para Aplicação Em Fundos Multicoloridos, de Fácil Aplicação Com	558503	604123	Frasco 30 ml	45			

	<p>Aplicadores</p> <p>Magnéticos; Permite Contraste C/fonte de Luz</p> <p>Forense Ultravioleta Azul Ou Verde(254nm a 365nm) P/ver o Resultado;</p> <p>Composição: Pó de Ferro 50%, Lycopodiun 25%, Pigmento Signal Green Ax 25%; Rótulo Deve Apresentar Procedência/fabricante,</p> <p>Datas de Fabricação e Validade e número de Lote.</p>							
17	<p>Pó para Levantamento de Impressão Digital Latente; acetinado; Preto Acetinado; com revelação na cor preto; rótulo com número de lote, data de validade/fabricação, origem; acondicionado em embalagem adequada para o produto(Cota principal)</p>	1717782	226711	Frasco 59 ml	837			
18	<p>Pó para Levantamento de Impressão Digital Latente; acetinado; Branco; com revelação na cor branca; rótulo com número do lote, data de fabricação/validade, origem; acondicionado em embalagem adequada para o produto(Cota principal)</p>	1717790	226711	Frasco 59 ml	492			
19	<p>Pincel para Pó para Revelação de Impressão Digital; Com Ponta Em Fibra de Carbono; Ponta Medindo Aproximadamente 4,5cm; Na Cor Preta; Com Cabo Em Alumínio Adonizado; Cabo Medindo</p>	1811843	464851	Un.	135			

	Aproximadamente 11 cm; Com Extremidade do Cabo Em Plástico; Com Acessórios de Capa e Tampa Protetora (Cota reservada para ME/EPP/EQUIPARADA S nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, relacionada ao item 2);							
20	Pincel para Pó para Revelação de Impressão Digital; Com ponta em cerdas de agrupamento de filamentos de fibra de vidro; ponta medindo aproximadamente 5,7 cm de comprimento; na cor branca; com cabo em polipropileno injetado; formato cilíndrico; cabo medindo aproximadamente 0,635 cm de diâmetro x 10,8 cm de comprimento; com extremidade do cabo em polipropileno injetado; com acessórios de estojo para armazenamento com tampa (Cota reservada para ME/EPP/EQUIPARADA S nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, relacionada ao item 3);	445516	426533	Un.		135		
21	Fita Adesiva Levantadora de Impressão Digital; Em Polietileno; Transparente; 2,5cm de Largura x 9,15m de Comprimento; Em Rolo (Cota reservada para ME/EPP/EQUIPARADA S nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, relacionada	4349105	226708	Un.		250		

	ao item 12);							
22	Pó Magnético para Levantamento Impressão Digital; Fluorescência co compostos ferrosos; Cor Natural Preta; com revelação na cor preta; rótulo com número de lote, data de fabricação/validade; embalado em embalagem apropriada (Cota reservada para ME/EPP/EQUIPARADA S nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, relacionada ao item 14)	1806181	604123	Frasco 25 ml	163			
23	Pó para Levantamento de Impressão Digital Latente; acetinado; Preto Acetinado; com revelação na cor preto; rótulo com número de lote, data de validade/fabricação, origem; acondicionado em embalagem adequada para o produto (Cota reservada para ME/EPP/EQUIPARADA S nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, relacionada ao item 17)	171772	226711	Frasco 59 ml	278			
24	Pó para Levantamento de Impressão Digital Latente; acetinado; Branco; com revelação na cor branca; rótulo com número do lote, data de fabricação/validade, origem; acondicionado em embalagem adequada para o	171770	226711	Frasco 59 ml	163			

	produto(Cota reservada para ME/EPP/EQUIPARADA S nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, relacionada ao item 18)							
--	--	--	--	--	--	--	--	--

Validade da proposta: mínimo 60 (sessenta) dias.

Declaramos que assumimos inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua elaboração e que atendemos todas as condições previstas no Edital, Termo de Referência e seus Anexos.

Declaramos também que no preço apresentado estão inclusos:

- a) Os valores dos materiais, matérias-primas, mão de obra, treinamento operacional, frete, transporte, equipamentos e afins fornecidos, acrescidos de todos os encargos sociais;
- b) Taxa de administração, emolumentos, quaisquer despesas operacionais e outros encargos;
- c) Todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, prêmios de seguro, bem como demais encargos, se exigidos, na forma da lei;
- d) Despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza;
- e) Quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, enfim, todos os componentes de custo dos produtos necessários à perfeita satisfação do objeto deste Edital, até o Recebimento Definitivo, inclusive o prazo de garantia, de acordo com o estabelecido no Edital.
- f) **O licitante deverá ter conta do Banco do Brasil conforme prevê o Decreto nº 62.867 de 03 de outubro de 2017.**

Observação: O licitante vencedor redigirá este documento em papel timbrado próprio, assinando-o devidamente e o enviará juntamente com a documentação de habilitação.

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da [Constituição Estadual](#); e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)